

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl nos EDcl no AgInt no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 50479 - SP (2016/0079392-3)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**EMBARGANTE : OLGA ELENA WEISCHTORDT**  
**ADVOGADO : OLGA ELENA WEISCHTORDT (EM CAUSA PRÓPRIA)**  
**- SP057139**  
**EMBARGADO : CONDOMINIO RESIDENCIAL POP**  
**ADVOGADOS : LIDIA ALVES VILLELA FERREIRA - SP328871**  
**ANA LUIZA RIBEIRO JACOB - SP381878**  
**INTERES. : JOSÉ ROBERTO SALERMO**

## **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE QUALQUER DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ART. 1.022 DO CPC/2015. MERO INCONFORMISMO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS COM APLICAÇÃO DE MULTA.

1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver na decisão obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o art. 1.022 do CPC/2015.
2. No caso concreto, não se constata o vício alegado pela parte embargante, que busca rediscutir matéria devidamente examinada pela decisão embargada, o que é incabível nos embargos declaratórios.
3. A reiteração, pela parte embargante, de fundamento expressa e devidamente examinado no acórdão embargado evidencia intuito manifestamente protelatório, ensejando a aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC/2015.
4. Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa.

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, com aplicação de multa, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Marco Buzzi votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Brasília, 25 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Antonio Carlos Ferreira  
Relator